

Parecer nº 67/98

Data: 1998.06.17

Processo nº 382

Reclamante: António Fernandes Martins

Entidade reclamada: Assembleia de Freguesia de Castelo do Neiva.

1. António Fernandes Martins vem reclamar do indeferimento tácito de dois requerimentos apresentados ao presidente da Assembleia de Freguesia de Castelo do Neiva, em que pede o acesso a todas as actas e deliberações daquela Assembleia desde 1980 até Março de 1998, por ter decorrido o prazo previsto no artigo 15º/3 da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos – LADA (Lei nº 65/93, de 26 de Agosto).

Num dos requerimentos é solicitada a consulta gratuita dos documentos referidos, no outro é pedida a reprodução por fotocópia. Como há coincidência de ambos os requerimentos, e das respectivas reclamações, salvo quanto à forma do acesso solicitado, procedeu-se à respectiva junção num único processo.

2. O reclamante invoca a qualidade de membro da Assembleia de Freguesia. Nessa qualidade é possível actuar meios jurídicos específicos que aqui não cabe apreciar.

Esta Comissão tem a sua competência limitada fundamentalmente à apreciação da LADA (artº 20º). Ora, a LADA não distingue em geral a qualidade do requerente, sendo elucidativo a esse propósito o texto do artigo 7º/1: «*todos* têm direito à informação mediante o acesso a documentos de carácter não nominativo». E quando distingue leva em conta a situação especial do requerente face às informações pedidas (é o que sucede com os documentos nominativos: artº 7º/2).

3. De acordo com a Lei das Autarquias Locais (Decreto-Lei nº 100/84, de 29 de Março, alterado por diplomas posteriores), as reuniões dos órgãos deliberativos autárquicos são necessariamente públicas, devendo ser lavrada acta que registe o que de essencial nelas se tiver passado.

As actas da Assembleia de Freguesia encontram-se certamente arquivadas nos locais próprios.

Constituem documentos administrativos por serem suporte de informação e por terem origem e/ou serem detidas por órgãos das autarquias locais artigos 4º/1/a) e 3º .

Não têm carácter nominativo por não conterem «dados pessoais»: informações sobre pessoa singular com apreciações, juízos de valor ou abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada artigo 4º/1/b) e c) .

Em relação aos documentos não nominativos o artigo 7º/1 estabelece, como se viu, que todos têm direito de acesso à informação.

As formas de acesso, referidas no artigo 12º, incluem a consulta gratuita e a reprodução por fotocópia, esta sujeita a pagamento pela pessoa que a solicitou do encargo financeiro fixado.

4. Sublinhe-se que a entidade a quem é dirigido o requerimento pedindo o acesso a um documento deve responder no prazo de 10 dias (artigo 15º), o que não sucedeu.
5. Nos termos expostos, a CADA delibera emitir parecer favorável às reclamações apresentadas por António Fernandes Martins devendo a Freguesia de Castelo do Neiva facultar o direito de acesso a todas as actas e deliberações da Assembleia de Freguesia desde 1980 a Março de 1998 pelas formas requeridas.

Em cumprimento do previsto no artigo 16º/2 da LADA, remeta-se esta deliberação quer ao reclamante quer à entidade requerida (presidente da Assembleia de Freguesia de Castelo do Neiva, Viana do Castelo), para os efeitos legais.

Lisboa, 17 de Junho de 1998.

José Renato Gonçalves (Relator) – José Magalhães – João Figueiredo – Francisco de Brito – Branca do Amaral – João Labescat – Castro Martins (Presidente)